

A PESQUISA EM LIVROS DIDÁTICOS NA GRADUAÇÃO COMO PRÁTICA

FORMATIVA: O CASO DE JONATHAS SERRANO.

Suellen Gomes Noel

Discente de História na Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Magé, Rio de Janeiro – Brasil.

E-mail: Profsuellenthompson.uerj@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisa os livros didáticos de Jonathas Serrano — Epítome de História Universal (1913) e História do Brasil (1926) — enquanto instrumentos de formação moral, cívica e intelectual no contexto da Primeira República. A pesquisa destaca a articulação entre propostas de inovação pedagógica, expressas no uso de recursos gráficos, imagens e exercícios didáticos, e a preservação de valores conservadores e cristãos, evidenciando a função dos manuais escolares como objetos culturais e fontes históricas. A análise revela o papel de Serrano na consolidação de uma determinada memória nacional e na construção de uma identidade educacional pautada na disciplina, na fé e no patriotismo. Inserida no âmbito da pesquisa na graduação em História, a investigação evidencia como a análise de livros didáticos constitui uma prática formativa fundamental para o desenvolvimento do olhar crítico do futuro docente. Ao problematizar os manuais escolares como objetos culturais, o estudo contribui para a compreensão do ensino de História como campo de produção de saberes pedagógicos e historiográficos.

Palavras-chave: Livro didático. Formação docente. Ensino de História. Pesquisa na graduação. Jonathas Serrano.

Introdução.

Os livros didáticos ocupam um lugar central no processo de ensino e aprendizagem, configurando-se não apenas como instrumentos pedagógicos, mas como objetos culturais profundamente marcados por disputas historiográficas, políticas e educacionais. Conforme assinala Alain Choppin (2002)¹, o livro didático deve ser compreendido como resultado da

¹ Alain Choppin é historiador francês, reconhecido internacionalmente por suas contribuições aos estudos sobre livros didáticos e cultura escolar. Atuou como pesquisador do Institut National de Recherche Pédagogique (INRP), na França, onde desenvolveu investigações pioneiras sobre a história do livro escolar, sua produção editorial, circulação e usos pedagógicos. Seus trabalhos destacam o livro didático como objeto cultural complexo, resultante da articulação entre interesses pedagógicos, políticos, econômicos e ideológicos. Choppin consolidou-se como referência fundamental no campo da História da Educação ao propor abordagens metodológicas que analisam o

intersecção de múltiplas redes que envolvem sua produção editorial, circulação, recepção e uso no espaço escolar. Nessa condição, ele expressa projetos educativos e concepções de sociedade, ao definir quais conteúdos históricos devem ser transmitidos às novas gerações e de que maneira esses saberes são apresentados.

No campo do ensino de História, os manuais escolares assumem papel ainda mais significativo, pois se constituem como importantes difusores de memórias coletivas, valores sociais e representações do passado. Ao selecionar acontecimentos, personagens e interpretações, os livros didáticos contribuem para a legitimação de determinadas narrativas históricas em detrimento de outras, influenciando diretamente a formação da consciência histórica dos estudantes. Assim, analisar o livro didático implica compreender não apenas seu conteúdo, mas os sentidos pedagógicos, políticos e culturais que ele veicula.

É nesse contexto que se inserem os livros didáticos de Jonathas Serrano, em especial o Epítome de História Universal (1913) e o História do Brasil (1926), que constituem marcos importantes na história da educação brasileira durante a Primeira República. Mais do que simples compêndios de fatos, essas obras refletem uma proposta pedagógica considerada inovadora para a época, ao integrar recursos gráficos, esquemas cronológicos e exercícios de revisão, buscando estimular a autonomia intelectual e o raciocínio histórico dos estudantes. Ao mesmo tempo, Serrano mantém uma perspectiva conservadora e cristã, valorizando a moral, a disciplina e a construção de uma identidade nacional, o que revela a articulação entre tradição e inovação presente em seus manuais.

A produção didática de Serrano, intelectual de destaque nas primeiras décadas do século XX e professor de História em instituições de prestígio, como o Colégio Pedro II, circulou amplamente no ensino secundário brasileiro, sendo adotada por décadas em diferentes espaços escolares. Seus manuais distinguem-se por dialogarem com as transformações do campo educacional no período republicano, ao mesmo tempo em que preservam elementos tradicionais do ensino de História, evidenciando o livro didático como instrumento de formação moral, cívica e intelectual.

Este artigo resulta de uma pesquisa desenvolvida no âmbito da graduação em História e propõe analisar os livros didáticos de Jonathas Serrano como fontes privilegiadas para a compreensão do ensino de História e, sobretudo, como prática formativa na formação inicial de professores. Parte-se do pressuposto de que a investigação em livros didáticos possibilita ao graduando

manual escolar não apenas como instrumento de ensino, mas como fonte histórica privilegiada para a compreensão das práticas educativas e da construção das memórias sociais. Suas reflexões influenciaram de forma decisiva pesquisas sobre ensino de História, currículo e cultura escolar em diferentes contextos nacionais.

articular saberes historiográficos e pedagógicos, desenvolvendo um olhar crítico sobre os processos de produção, circulação e legitimação do conhecimento histórico escolar. Assim, o objetivo central do trabalho é refletir sobre como a pesquisa em livros didáticos, a partir do caso de Jonathas Serrano, contribui para a formação docente, ao evidenciar as relações entre narrativa histórica, cultura escolar e projetos educacionais no Brasil da Primeira República.

O livro didático como objeto cultural e fonte histórica.

O livro didático, mais do que um simples recurso de sala de aula, constitui-se como um instrumento de formação cultural, de difusão de valores sociais e de consolidação de memórias coletivas.² Compreendê-lo como objeto cultural implica reconhecê-lo como resultado de escolhas editoriais, pedagógicas e ideológicas, distanciando-se da noção de neutralidade. Ele materializa concepções de ensino, currículo e sociedade, expressando projetos educativos e expectativas sociais em relação à formação dos sujeitos. Nesse sentido, os manuais de Jonathas Serrano não podem ser entendidos apenas como compilações de conteúdos, mas como projetos pedagógicos que dialogam diretamente com as demandas educacionais e os ideais de disciplina moral e nacionalidade que marcaram a Primeira República. Ao analisar o Epítome de História Universal (1913) e o História do Brasil (1926), não se trata apenas de identificar os conteúdos selecionados, mas de compreender as escolhas metodológicas, os recursos gráficos utilizados e as representações históricas privilegiadas. Cada obra, à sua maneira, reflete a tensão entre inovação didática e a permanência de uma visão conservadora do passado, permitindo compreender o livro didático simultaneamente como fonte histórica e como dispositivo pedagógico. Para o pesquisador em formação, essa perspectiva é fundamental, pois possibilita problematizar o papel do material didático no cotidiano escolar e no processo de formação dos alunos.

A pedagogia de Serrano fundamenta-se na compreensão de que o conhecimento científico é uno, mas, para fins didáticos, deve ser organizado em campos distintos, a fim de favorecer a compreensão dos fenômenos humanos.

“Podemos agrupar as ciências particulares do seguinte modo:

- a) matemático, que tem por fim o estudo das grandezas ou quantidades;
- b) as ciências físicas, ou estudo da matéria não organizada;

² Como lembra Alain Choppin, o manual escolar é, simultaneamente, uma ferramenta de ensino, um veículo ideológico e cultural e o suporte privilegiado da imagem que uma sociedade deseja transmitir às gerações futuras (CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma ferramenta política e pedagógica. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004).

c) as ciências morais, que estudam o homem.

As Ciências morais subdividem-se em: Ciência Psicológica e Ciência Sociais. Entre estas últimas ficam a História.”³

A partir da década de 1920 o campo da Educação: a história é as práticas pedagógicas, ganham espaço nas disputas políticas no cenário do país naquele momento. O atual cenário era marcado por uma série de características que refletia a transição do país para uma sociedade moderna, com a crescente disputa educacional a respeito da formação do indivíduo na sociedade. Em análise à obra “A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno”⁴ organizado e publicada pelas autoras: Helena Carvalho de Lourenço e Wilma Peres da Costa, no presente capítulo “Os intelectuais e os anos 20: Moderno, Modernista, Modernização” apresentado por Milton Lahuerta, LAHUERTA argumenta que o cenário histórico e político inauguraram a gênese do Brasil Moderno, o principal marco foi em 1922 onde a ruptura foi evidente dando fim ao padrão bacharelesco: “*Em face a tais circunstâncias instaura-se uma crise de identidade social entre a intelectualidade levando o conjunto de homens cultos a problematizar sua condição com enorme racialidade*” (LAHUERTA, 1995, p. 93).

A figura de Serrano torna-se importante por causa de sua atuação como professor do Colégio Pedro II e da Escola Normal do Distrito Federal por suas atuações e sua série de livros didáticos publicados, embora sendo uma figura militante católica. A base de sua pedagogia experimental estava firmada na convicção de que o conhecimento não deveria limitar-se à transmissão de conteúdos decorados, mas ser construído a partir da experiência concreta do aluno. Para Serrano, o estudante deveria ser protagonista do processo de aprendizagem, experimentando, observando, investigando e refletindo, em vez de permanecer como simples receptor passivo das explicações do professor. Esse, por sua vez, tinha a função de orientar e mediar, conduzindo o aluno a desenvolver sua autonomia intelectual. Ao relacionarmos esses princípios à produção de seus livros didáticos, torna-se evidente que Serrano utilizava seus manuais como prolongamento de sua concepção pedagógica. Obras como o Epítome de História Universal (1913) e o História do Brasil (1926) não se restringem à simples transmissão de conteúdos enciclopédicos: nelas observam-se recursos gráficos, exercícios de revisão e esquemas cronológicos que buscavam aproximar o estudante da experiência direta do conhecimento. O livro escolar, nesse sentido, configurava-se como instrumento de mediação entre a aula e a

³ SERRANO, Jonathas. Epítome de História Universal. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935, p. 17.

⁴ A presente obra trata-se de um volume de artigos produzidos no Seminário de História Econômica e Social, realizado na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, no campus de Araraquara, de 4 a 6 de Outubro de 1995

prática, incentivando a observação, a memorização ativa e a comparação entre processos históricos.

Ao mesmo tempo, a seleção dos conteúdos e das narrativas reforça a dimensão moral e cívica atribuída por Serrano ao ensino de História. A valorização de heróis nacionais, de episódios fundadores da identidade brasileira e do papel da religião e da disciplina social evidencia sua concepção da História como ciência moral, voltada à formação ética do cidadão. Assim, ao cruzar sua pedagogia experimental com sua prática como autor de livros escolares, percebe-se que suas obras materializam a tensão central de sua atuação intelectual: de um lado, a adoção de métodos modernos e ativos de aprendizagem; de outro, a permanência de um ideal conservador de moralidade, civismo e patriotismo.

Do ponto de vista da formação docente, a análise desses livros didáticos constitui uma prática investigativa fundamental no âmbito da graduação em História. Ao examinar estruturas narrativas, imagens, mapas, esquemas e exercícios, o graduando desenvolve o pensamento crítico e a autonomia intelectual, refletindo sobre como o conhecimento histórico é organizado, transmitido e legitimado no espaço escolar. Desse modo, os manuais de Serrano revelam-se não apenas fontes para a compreensão dos debates educacionais da Primeira República, mas também instrumentos formativos essenciais para a construção do olhar crítico do futuro professor de História.

O epítome de história universal e a inovação pedagógica

Publicado originalmente em 1913, o Epítome de História Universal⁵, de Jonathas Serrano, foi concebido a partir de sua experiência direta como professor de História e revela uma preocupação explícita com a renovação das práticas pedagógicas vigentes no início do século XX. A obra apresenta uma proposta didática que buscava superar o ensino baseado exclusivamente na memorização mecânica de datas e acontecimentos, característica do modelo tradicional, ao valorizar recursos como imagens, quadros sincrônicos, esquemas comparativos e esboços geográficos. Tais escolhas metodológicas evidenciam uma concepção de aprendizagem que priorizava a compreensão dos processos históricos e a articulação entre causas e consequências, em detrimento da simples repetição de conteúdos.

A análise da 24ª edição do Epítome de História Universal permite compreender com maior profundidade o projeto pedagógico delineado por Serrano desde a introdução da primeira edição, datada de 8 de maio de 1912. Nela, o autor define seu propósito de apresentar a História

⁵ SERRANO, Jonathas. Epítome de História Universal. 24. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1954.

como uma ciência capaz de revelar a evolução das sociedades humanas de forma encadeada, recusando explicitamente o ensino baseado na “decoreba” e defendendo uma abordagem crítica e reflexiva. Ao afirmar que o estudo histórico deveria despertar no aluno o “espírito de crítica” e o interesse pela disciplina, Serrano insere-se em um movimento mais amplo de renovação do ensino, no qual o livro didático assume papel central como mediador entre o saber acadêmico e a formação escolar.

A estrutura da obra organiza-se em quatro grandes fases — História Antiga, Idade Média, História Moderna e História Contemporânea, esta última estendendo-se até a Primeira Guerra Mundial —, revelando uma concepção linear e evolutiva do passado humano. No tratamento da História Antiga, Serrano adota um enquadramento interpretativo no qual o criacionismo⁶ ocupa posição fundante. A narrativa histórica tem início no Éden, apresentado como marco originário da humanidade, articulando história sagrada e história universal como partes de um mesmo processo civilizatório. Ao afirmar que “a história da Antiguidade começa no Éden, onde a vida humana se inicia sob a luz da revelação divina” (SERRANO, 1937, p. 12), o autor explicita uma perspectiva pedagógica que harmoniza fé e razão, característica do contexto intelectual e educacional do período.

Nesse sentido, a Bíblia é mobilizada não apenas como referência religiosa, mas como instrumento historiográfico legítimo, utilizado para explicar a origem da humanidade e fundamentar o ensino da Antiguidade nas escolas. Tal abordagem evidencia como, para a pedagogia do início do século XX, o ensino de História estava profundamente associado à

⁶ O Criacionismo é a crença de que o universo, a vida na Terra e os seres humanos foram criados por um Ser supremo ou divindade, e não surgiram exclusivamente por processos naturais, como propõe a ciência evolucionista. No contexto cristão, o criacionismo baseia-se principalmente no relato bíblico do Livro do Gênesis, que descreve a criação do mundo por Deus em seis dias. Existem diferentes formas de criacionismo. O criacionismo literal ou tradicional sustenta a interpretação literal da Bíblia, afirmando que o universo e a vida foram criados em seis dias, há alguns milhares de anos, e geralmente rejeita a evolução biológica. Já o criacionismo científico, ou Design Inteligente, busca reconciliar fé e ciência, argumentando que certas estruturas biológicas são complexas demais para terem surgido apenas por evolução natural, sem rejeitar completamente os conhecimentos científicos. Há também o criacionismo teísta, que aceita parcialmente a ciência moderna, inclusive a evolução, mas acredita que Deus guiou todo o processo, harmonizando fé e ciência.

As ideias centrais do criacionismo incluem a concepção de que o universo tem origem divina, que a vida é resultado de intenção e propósito, que a moral e a humanidade têm fundamento em Deus e que a Bíblia é a autoridade máxima sobre a origem da vida. Historicamente, o criacionismo existe desde tradições religiosas antigas, mas tornou-se especialmente influente no cristianismo moderno, ganhando destaque nos séculos XIX e XX como reação ao avanço das teorias evolutivas. Um exemplo marcante foi o Julgamento do Macaco (Scopes Trial) em 1925, nos Estados Unidos, que debateu a educação sobre evolução nas escolas públicas.

No campo da educação e da História, o criacionismo é relevante por refletir como crenças religiosas influenciam currículos escolares, práticas pedagógicas e a formação cultural de uma sociedade. Ele também alimenta debates entre ciência e religião, mostrando diferentes formas de interpretar a origem do universo e da vida, e revelando como a fé pode se articular com o ensino e a compreensão histórica da humanidade.

formação moral e espiritual do aluno, aspecto considerado indissociável da instrução intelectual.

Ao tratar das civilizações orientais, Serrano atribui centralidade a povos como egípcios, mesopotâmicos, hebreus, fenícios e persas, apresentados como matrizes culturais da humanidade. O autor destaca o Egito como civilização que legou “uma concepção religiosa da vida e um ideal de ordem social” (SERRANO, 1937, p. 15), atribuindo ao passado antigo um caráter exemplar. De modo semelhante, a história dos hebreus é valorizada por sua contribuição decisiva ao pensamento religioso, especialmente pela consolidação do monoteísmo, entendido como fundamento da civilização cristã e, por extensão, da identidade ocidental.

A narrativa da Grécia e de Roma, por sua vez, enfatiza o florescimento da razão, da filosofia, da arte e das instituições políticas e jurídicas. Para Serrano, os gregos representariam o ápice da racionalidade humana, enquanto Roma figuraria como o grande laboratório institucional do Ocidente. Esses recortes evidenciam que a Antiguidade, no Epítome, não é apresentada como mera sucessão de fatos, mas como um repertório de experiências morais, políticas e culturais destinadas a orientar a formação do estudante.

No que se refere à História Moderna e Contemporânea, Serrano estabelece o nascimento de Cristo como marco fundamental de transformação histórica, atribuindo ao Cristianismo um papel central nas revoluções sociais subsequentes. A inclusão da América como parte integrante da narrativa moderna, bem como a abordagem dos processos de independência, revela a preocupação em inserir o Novo Mundo no fluxo da história universal. Na parte final da obra, dedicada ao período contemporâneo, a Primeira Guerra Mundial é analisada a partir de suas consequências políticas, econômicas e culturais, em consonância com uma pedagogia histórica que buscava relacionar passado e presente.

O uso sistemático de quadros sincrônicos e cronológicos, abrangendo do século XVI ao XX, permite a articulação entre História Geral e História do Brasil, evidenciando o desenvolvimento paralelo dos acontecimentos globais e nacionais. Essa estratégia didática reforça a função formativa do livro, ao possibilitar ao aluno uma visão integrada dos processos históricos.

Assim, a análise do Epítome de História Universal revela que a pedagogia de Jonathas Serrano estava estruturada em um triplo movimento: a síntese como recurso de acessibilidade ao conhecimento histórico; a valorização da dimensão moral e espiritual como elemento formador do caráter; e a articulação entre passado e presente como forma de construir uma consciência histórica vinculada ao projeto de nação brasileira. Para o pesquisador em formação docente, o estudo desse manual evidencia como o livro didático se configura como espaço privilegiado de reflexão pedagógica, no qual escolhas metodológicas, concepções de aprendizagem e valores

culturais se entrelaçam, tornando-o não apenas instrumento de instrução, mas de formação intelectual e moral.

O história do brasil e a construção da narrativa nacional

A obra História do Brasil, publicada originalmente por Jonathas Serrano em 1922 e cuja segunda edição foi lançada em 1926 pela editora F. Briguier & Cia⁷, aprofunda o investimento em recursos didáticos e metodológicos, como mapas, imagens e esquemas explicativos, reforçando a dimensão visual como estratégia pedagógica fundamental. Concebido como manual escolar ajustado às exigências do ensino secundário, o livro circulou amplamente em um contexto marcado pelo centenário da Independência, momento em que a memória nacional passava por um intenso processo de rearticulação e reafirmação simbólica.

Nesse manual, observa-se uma preocupação explícita com a formação da identidade nacional, expressa na seleção criteriosa de acontecimentos, personagens e processos considerados centrais para a história do país. O prefácio da segunda edição, assinado por Lucinda Coutinho de Mello Coelho, revela aspectos significativos do processo editorial e pedagógico da obra, ao indicar que sua reedição ocorreu de forma independente em relação aos antigos editores, com autorização da família de Serrano. Tal informação evidencia o reconhecimento da relevância do livro no meio escolar, bem como o esforço em mantê-lo atualizado e em circulação, preservando seu valor formativo.

O texto introdutório destaca ainda a preocupação em conservar o espírito original da obra, mesmo diante de intervenções técnicas, como a substituição e atualização de mapas e ilustrações, realizadas com o auxílio de especialistas do Conselho Nacional de Geografia. Esse cuidado revela um equilíbrio entre inovação e fidelidade pedagógica: as atualizações visavam acompanhar transformações metodológicas e informativas, sem romper com o tom moralizante e cívico que caracteriza a produção didática de Serrano. Soma-se a isso o acréscimo de

⁷ Fundada no Rio de Janeiro, a F. Briguier & Cia. iniciou suas atividades como uma livraria especializada na importação e comercialização de obras francesas e italianas. Em 1934, a editora adquiriu a Livraria Garnier, uma das mais tradicionais do país, fundada em 1844 por Baptiste Louis Garnier. Após a aquisição, a empresa passou a ser conhecida como Briguier-Garnier, ampliando sua atuação no mercado editorial brasileiro. Em 1951, a editora foi incorporada à Difusão Europeia do Livro (Difel), uma editora com capital suíço e português, que posteriormente se fundiu com outras editoras, formando o Grupo Editorial Record.

Durante sua atuação, a F. Briguier & Cia. publicou diversas obras de relevância nacional, destacando-se na área de livros didáticos e científicos. Um exemplo notável é a publicação da obra "Epítome de História do Brasil", de Jonathas Serrano, em 1933, que se tornou referência no ensino de História no Brasil. Além disso, a editora também se destacou na publicação de obras científicas, como a série "Vida e Costumes", que abordava a fauna brasileira. Obras como Anfíbios e Répteis do Brasil (1955), Entre o Gambá e o Macaco (1945), Nossos Peixes Marinhos (1952) e O Mundo dos Artrópodes (1959) foram publicadas sob sua chancela, contribuindo para o conhecimento científico e a educação ambiental no país.

informações referentes aos governos presidenciais posteriores a 1930, o que demonstra a intenção de manter o manual funcional e contemporâneo para o estudante do período republicano, reafirmando seu caráter dinâmico enquanto instrumento de formação cívica.

A divisão temporal adotada por Serrano segue a tradição da historiografia oitocentista e da escola positivista, estruturando a narrativa em grandes blocos cronológicos que reforçam a ideia de progresso linear da nação. Assim, a história do Brasil é organizada em três grandes períodos:

1. Período Colonial (1500–1822) – Enfatiza o “descobrimento”, a colonização portuguesa, as capitanias hereditárias, a escravidão indígena e africana, a mineração, os conflitos internos e as invasões estrangeiras. A narrativa busca destacar a “obra civilizadora” de Portugal e, ao mesmo tempo, os esforços de resistência e adaptação no território. 2. Período Imperial (1822–1889) – Apresenta a Independência como resultado de uma “evolução natural” da sociedade brasileira, valorizando a figura de D. Pedro I e, sobretudo, de D. Pedro II, retratado como símbolo de estabilidade, progresso e unidade. As lutas políticas, a Guerra do Paraguai e a Abolição aparecem como etapas necessárias à consolidação do Estado nacional. 3. Período Republicano (1889 em diante) – Tratado de forma breve e sintética, descreve a Proclamação da República e os primeiros governos, ressaltando a continuidade da ordem e o papel das instituições republicanas. Nota-se certa prudência, evitando críticas mais profundas ao novo regime.

Essa divisão evidencia o caráter eminentemente pedagógico do manual, ao facilitar a memorização por meio de uma narrativa linear, com começo, meio e fim bem definidos. Ao mesmo tempo, expressa uma concepção de história nacionalista, moral e progressista, coerente com o projeto educacional da Primeira República. Do ponto de vista da formação docente, a análise crítica dessa obra permite compreender como o ensino de História participa ativamente da construção de uma memória coletiva e de valores cívicos, estimulando o graduando a refletir sobre os sentidos atribuídos ao passado e sobre o papel do professor como mediador entre o conteúdo didático, a cultura escolar e a realidade social dos alunos.

A pesquisa em livros didáticos como prática formativa na graduação em história

A pesquisa em livros didáticos, quando desenvolvida no âmbito da graduação em História, revela-se uma prática formativa fundamental para a construção do olhar crítico do futuro professor. Longe de serem instrumentos neutros ou meros suportes de conteúdos, os livros escolares constituem objetos culturais complexos, produzidos a partir de escolhas editoriais, pedagógicas e ideológicas que expressam projetos educativos e concepções de sociedade. Nesse sentido, investigar manuais escolares implica compreender o ensino de História como um campo historicamente construído, atravessado por disputas simbólicas e políticas.

No campo da História escolar, o livro didático ocupa posição central na organização dos saberes e na definição das narrativas legitimadas no espaço educativo. Como observa Gasparello (2003), o estudo da disciplina escolar permite evidenciar os processos pelos quais determinados conteúdos e métodos se consolidam como saberes ensináveis, revelando a escola como espaço de produção cultural. Dessa forma, a análise dos manuais escolares possibilita problematizar não apenas o que se ensina, mas como e para que se ensina História em diferentes contextos históricos.

É nesse quadro que se insere a produção didática de Jonathas Serrano, cujas obras *Epítome de História Universal* (1913) e *História do Brasil* (1926) desempenharam papel decisivo na consolidação do ensino de História durante a Primeira República. Segundo Schmidt (2004), os livros didáticos foram fundamentais para a construção do código disciplinar da História no Brasil, definindo conteúdos, abordagens e finalidades formativas. Os manuais de Serrano, amplamente adotados em instituições como o Colégio Pedro II e a Escola Normal do Distrito Federal, contribuíram para a difusão de uma narrativa histórica voltada à formação moral, cívica e patriótica dos estudantes, ao mesmo tempo em que incorporavam propostas de renovação pedagógica.

A análise dessas obras evidencia que Serrano elaborou uma concepção sistemática de ensino de História, na qual o livro didático assumia função central como mediador entre o saber historiográfico e a prática escolar. Conforme demonstra Freitas (2015), sua pedagogia histórica buscava superar o ensino baseado exclusivamente na memorização, incorporando recursos como imagens, quadros sincrônicos, esquemas cronológicos e exercícios de revisão, com o objetivo de estimular a observação, a comparação e a reflexão dos alunos. Essa proposta revela uma preocupação em articular método e conteúdo, conferindo ao ensino de História um caráter formativo mais amplo.

Entretanto, como apontam Freixo e Coelho (2015), essa renovação pedagógica não significou o abandono de valores tradicionais. Ao contrário, os manuais de Serrano expressam uma tensão constante entre inovação metodológica e permanência de uma visão conservadora do passado, marcada pela valorização da ordem, da disciplina, da religião e da identidade nacional. Essa ambiguidade torna seus livros didáticos fontes privilegiadas para compreender os debates educacionais e culturais do período republicano.

Do ponto de vista da formação docente, a investigação desses manuais possibilita ao graduando articular teoria historiográfica e prática pedagógica, desenvolvendo uma compreensão crítica do ensino de História. Ao analisar a estrutura narrativa, os recursos visuais e as escolhas temáticas presentes nos livros de Serrano, o pesquisador em formação é levado a refletir sobre

os sentidos atribuídos ao passado e sobre o papel do professor na mediação entre o conhecimento histórico escolar e a realidade dos alunos. Assim, a pesquisa em livros didáticos constitui-se como um espaço privilegiado de aprendizagem, contribuindo para a formação intelectual e profissional do futuro docente e para a compreensão do ensino de História como campo de produção de saberes, e não apenas de reprodução de conteúdos.

Considerações finais.

A análise das obras de Jonathas Serrano evidencia de maneira consistente a complexa articulação entre inovação pedagógica e preservação de valores tradicionais no ensino de História durante a Primeira República. Seus manuais didáticos, como Epítome de História Universal e História do Brasil, foram concebidos não apenas como compêndios de conteúdos escolares, mas como instrumentos formativos voltados à construção da consciência moral, cívica e cultural dos estudantes. A utilização de recursos gráficos, esquemas cronológicos, quadros sincrônicos e exercícios de revisão revela uma pedagogia que buscava estimular o raciocínio crítico, a análise comparativa e a participação ativa do aluno no processo de aprendizagem, aproximando o ensino da experiência concreta e dialogando com princípios da Pedagogia Científica em circulação no período.

Ao mesmo tempo, a narrativa histórica elaborada por Serrano permanece profundamente ancorada em valores conservadores, cristãos e nacionalistas, expressando uma concepção de História orientada pela disciplina moral, pela fé e pelo ideal de unidade social. A presença do Criacionismo como fundamento da História Antiga, a valorização das civilizações orientais e clássicas e o destaque conferido a personagens e acontecimentos considerados exemplares demonstram a intenção de construir uma memória coletiva pautada pela moralidade e pelo patriotismo. A organização linear e teleológica da história do Brasil, estruturada nos períodos colonial, imperial e republicano, reforça esse projeto ao apresentar o passado nacional como um processo contínuo de formação e progresso, facilitando a compreensão histórica e consolidando uma identidade nacional coesa.

Além disso, a produção editorial de Serrano evidencia o papel central do livro didático como objeto cultural e pedagógico, cuja elaboração envolve escolhas historiográficas, pedagógicas e ideológicas, bem como a mediação de instituições, editoras e agentes do campo educacional. Nesse sentido, seus manuais ultrapassam a função meramente informativa e assumem um papel ativo na construção social da memória histórica, influenciando valores, representações do passado e práticas escolares.

A investigação desses livros didáticos, portanto, permite compreender o ensino de História como um espaço de produção de saberes, no qual se articulam narrativas históricas, projetos educacionais e concepções de sociedade. Ao analisar criticamente os manuais de Jonathas Serrano, evidencia-se que a pesquisa em livros didáticos constitui uma prática formativa fundamental na graduação em História, pois possibilita ao pesquisador em formação desenvolver um olhar crítico sobre o conhecimento histórico escolar, articulando teoria historiográfica e prática pedagógica. Dessa forma, o estudo dos manuais escolares reafirma-se como um campo privilegiado para a reflexão sobre o ensino de História, a formação docente e os sentidos atribuídos ao passado no contexto educacional brasileiro.

Referência bibliográfica

FREIXO, André de Lemos; COELHO, Patrícia. O ensino renovado de história pelo catedrático do Colégio de Pedro II, Jonathas Serrano. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v. 15, n. 3 (39), p. 261-292, set./dez. 2015. DOI: 10.4025/rbhe.v15i3.717.4. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/download/40791/pdf_83/.

FREITAS, Itamar. A pedagogia histórica de Jonathas Serrano: uma teoria do ensino de História para a escola secundária brasileira (1913-1955). Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Uma pedagogia histórica: caminhos para uma história da disciplina escolar. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 37-58, jan./jun. 2003.

LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (Orgs.). A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: UNESP, 1998. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000641966&local_base=UFR01

SERRANO, Jonathas. *Epítome de História Universal*. 24. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

SERRANO, Jonathas. *História do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1926.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História com Pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 189-211, 2004. DOI: 10.1590/S0102-01882004000200009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/CRnHwX4KLdmVpT5t67HJk7z/>.